

# **AS REGIÕES FRONTEIRIÇAS PORTUGUESAS: POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO NO ACTUAL CONTEXTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO**

---

*Maria Júlia Ferreira*

## **Resumo**

Uma fronteira é um corte, um limite natural, imposto ou conquistado, uma mudança de domínio, de jurisdição, de cultura, de civilização. Alterar o traçado das fronteiras políticas é implicar com a consciência colectiva de um povo ou de uma nação e provocar conflitos regionais ou internacionais. Postos avançados do protecçãoismo nacional tornaram-se lugares onde se fazem sentir, em primeira mão, os efeitos da integração das economias e da internacionalização das sociedades; passaram de “espaços separadores” para “espaços unificadores”, reforçando, assim, a riqueza e a diversidade cultural.

A estreita faixa longitudinal que constitui o território continental português, nas suas dimensões cartesianas, triparte-se pelas regiões de fronteira terrestre e marítima e pela área intermédia que as separa. Interessa-nos, no caso presente, a primeira que constitui um espaço periférico e de desenvolvimento retardado. A sua largura é função da intensidade dos efeitos de fronteira que não se ajustam à divisão administrativa embora o conceito operativo leve, muitas vezes, à adopção de unidades desta.

No contexto da Geografia das Regiões de Fronteira, pretendemos reflectir sobre a evolução destes espaços cuja aparente homogeneidade esconde uma grande diversidade de situações e de paisagens. Os factores de desenvolvimento privilegiados na actualidade podem reforçar o seu carácter de periferias desqualificadas mas proporcionam também oportunidades úni-

cas que importa explorar e que advêm, nomeadamente, da integração territorial e da operacionalização de princípios de sustentabilidade, aplicados às questões do território.

## **Introdução**

O problema das fronteiras insere-se, em geral, no contexto da Geografia Política ou da Geopolítica cujos princípios explicativos foram formulados já nos finais do século passado ou nas primeiras décadas do actual. De facto estes ramos científicos conheceram então importantes desenvolvimentos, acompanhando os dinamismos que alteraram a morfologia das fronteiras de muitas áreas, nomeadamente da Europa. A construção da União Europeia suscitou novas investigações sobre a temática, agora com o domínio de duas preocupações: os efeitos da abolição das fronteiras internas e as formas de afirmação das externas. Fizeram-se estudos detalhados sobre toda a raia portuguesa, primeiro só numa abordagem nacional e mais recentemente numa perspectiva internacional, em conjunto com a Espanha. As fronteiras têm sido sempre um tema central no campo da geopolítica e periodicamente também o são em congressos de geógrafos, urbanistas e economistas. A União Europeia tem dado atenção especial a estas regiões, nomeadamente com o INTERREG e os estímulos que incidem sobre a cooperação transfronteiriça. Conhecemos uma parte das análises feitas (umas demasiado desagregadas e sem a síntese que as permite entender no seu todo, outras demasiado viradas para a intervenção política, para os programas de acção). Assim, parece importante e oportuno fazer uma reflexão sobre o conjunto das regiões fronteiriças portuguesas

### **1. O conceito: fronteira e região fronteiriça**

Por fronteira entende-se, em geral, o limite do território de um Estado, mas esse conceito aplica-se também à área que separa duas regiões ou duas entidades. No reforço do seu poder militar, frente aos outros países, os Estados construíram praças-fortes fronteiras; mais tarde estabeleceram-se, por tratados, as linhas separatrizes, permitindo uma maior segurança nesses espaços de transição. O conceito teve grande desenvolvimento sobretudo na Geografia Histórica onde assume 3 sentidos bem distintos:



- Faixa de terreno que acompanha a linha de demarcação de um Estado, a “terra de ninguém”, a raia, a faixa raiana. Para F. Ratzel não havia dúvida que a fronteira era uma “zona” dotada de elevado dinamismo como resultado da actividade, agitação e disputa que a justificam (C. RAFFESTIN, 1074:30). Qual a largura desta faixa é o problema que decorre de imediato desta definição.

- Linha de demarcação, limite de um Estado ou de uma região, ou seja, um contorno, uma linha separatriz.

- Barreira defensiva construída para assegurar a protecção de um Estado, de uma região ou cidade, logo uma construção ou um conjunto de construções, uma linha de fortalezas.

No debate sobre as fronteiras, a questão fundamental centra-se muitas vezes no problema do seu traçado. Deve ou não coincidir com os elementos naturais que formam os obstáculos mais duráveis e bem marcados no espaço geográfico (fronteiras naturais)? Deve respeitar as áreas de difusão das culturas e das civilizações (fronteiras culturais e/ou linguísticas)? É a mutabilidade dos elementos humanos que leva a aceitar os tratados como a forma mais eficaz de fazer a delimitação (fronteiras artificiais)?

Uma região fronteira é sempre um espaço sub-nacional dotado de contiguidade e de especificidades que lhe conferem identidade regional e um elevado grau de homogeneidade, por isso, constitui-se como verdadeira região geográfica. Os limites deste “contínuo” são difíceis de estabelecer porque os “efeitos de fronteira” têm graus de permeabilidade diferenciados e são evolutivos. As potencialidades das novas tecnologias de comunicação e a globalização das economias modernas levam a questionar a função tradicional destas áreas e a tentar perspectivar a sua evolução.

## **2. Características das regiões de fronteira: barreira e união**

Há dois tipos de fronteiras, as internas (na União Europeia representam cerca de 1/4, abrangem 4 países e mantiveram-se com a formação da CEE/UE) e as externas; a unificação dos Estados traduziu-se na abolição das primeiras e na afirmação das últimas, acompanhando a formação da consciência colectiva de pertença a um mesmo território.

Na União Europeia estas regiões limítrofes assumem uma grande importância e envolvem cerca de 2 milhões de pessoas nelas residentes.

Nestes espaços fronteiriços funcionam sempre efeitos de “sinapse” (rupturas, mudanças e substituições) cuja intensidade depende do nível das diferenças existente entre as duas áreas separadas; aproveitam benefícios da sua situação, usufruindo das vantagens oferecidas de ambos os lados da linha separatriz mas os movimentos migratórios gerados são, na maioria das vezes, dissimétricos e segregativos; sofrem o choque da concorrência e os efeitos da falta da coordenação dos programas regionais e das legislações; têm poder de compra muito diferenciado e são muito sensíveis à instabilidade socio-económica. Foram feitos para separar mas também para harmonizar, tendo, por isso, um papel de charneira.

São geralmente áreas de desenvolvimento retardado cuja permeabilidade aumentou com a abertura das fronteiras sem terem perdido a função de harmonização e de charneira (alguns rios e as linhas de altas montanhas continuam a marcar a separação); normalmente, têm uma densidade populacional inferior à da média do país (variando de 33 hab./km<sup>2</sup> na Irlanda a 280 hab./km<sup>2</sup> na Bélgica e Holanda), poder de compra abaixo da média e taxa de desemprego mais elevada.

São áreas com forte assimetria (dissimétricas) e a abertura (teve maior efeito no caso da Bélgica e Portugal mas menor na Dinamarca, Itália e Grã-Bretanha) provocou o choque de produtividades e o movimento de capitais por rendimentos diferenciados. O norte da França tornou-se o sul da Inglaterra pois, em 1989, 3 a 4% da propriedade nalgumas cidades francesas de Pas-de-Calais pertencia a ingleses e os notários falavam o idioma destes; um jornal dizia mesmo que “os ingleses conquistaram Calais”. Junto a Hendaye, uma parte da população espanhola vive o seu quotidiano em França, havendo uma taxa elevada de famílias que aí têm casa secundária (passando progressivamente para principal) e muitas preferem matricular os seus filhos (mais de 500 em Irun) nas escolas francesas; nesta fronteira, os espanhóis aproximam-se mais da França pelo domínio da língua do que os franceses da Espanha, verificando-se o contrário na Catalunha onde os franceses dominam cada vez mais o espanhol ou mesmo o catalão. Existe uma “Espanha” e uma “França” dos dois lados da fronteira.

São áreas onde, na União Europeia, é estimulada a cooperação transfronteiriça; o Conselho da Europa apela a esta quando defende a Europa das Regiões e a CPLRE (Conferência Permanente dos Poderes



Locais e Regionais) faz o mesmo quando, desde 1958, propõe a integração das regiões naturais fraccionadas por elas. A convenção de 1980 (sobre a cooperação transfronteiriça das colectividades locais) sugeriu modelos e esquemas de acordos, estatutos e contratos e campos de acção privilegiada, nomeadamente a exploração de recursos hidráulicos, a localização de instalações poluentes e os recursos turísticos. Teve efeitos imediatos no Ulster (estudos conjuntos sobre a poluição das águas, pesca, organizações sindicais, desportivas e religiosas), na Catalunha (irrigação a partir dos Pirinéus franceses, termalismo, turismo balnear e de montanha) e na Alemanha/Holanda (pioneiro no planeamento europeu nesta matéria, este programa transfronteiriço remonta a 1978, primeiro para Ems-Dollart, depois, em 1986, para Meuse-Rhin). Os assuntos mais abordados têm sido os do tratamento de áreas pantanosas, harmonização das redes viárias e das paisagens, organização do lazer, trajecto dos oleodutos, linhas de alta tensão, poluição das águas, localização das centrais térmicas, desenho e equipamento de parques naturais. O exemplo mais complexo é o de Regio, que envolve a França, a Alemanha e a Suíça e remonta a 1963 (região também chamada basiliense, de Bali, ou mais frequentemente, o triângulo de ouro).

A raia é, assim, uma linha de separação, uma barreira, uma descontinuidade que é tanto mais forte quanto maior for o “efeito de barreira” mas constitui-se como uma região fronteiriça, uma faixa de ligação, de contacto que é tanto mais eficaz quanto mais forte for o “efeito de ligação”. Limite ou região, provoca sempre “efeitos de filtro” na justaposição das sociedades e das economias (Cfr. R.RATTI, 1994:11-23); a sua criação implica “efeitos directos”, “efeitos indirectos” e “efeitos induzidos” na organização dos territórios fronteiriços confinantes.

### **3. As regiões fronteiriças portuguesas: homogeneidade e diversidade**

A fronteira portuguesa divide-se em terrestre, marítima e aérea, interessando-nos, neste caso, o problema da primeira. Estende-se ao longo de 1232 Km, de Caminha a Vila Real de Santo António; segue, em geral, barreiras naturais e é a mais antiga e consolidada dentro da Europa. Depois do século XIII (Tratado de Alcanices, de 1296) houve apenas pequenos acertos, entre eles o resultante da Contenda de Moura, do problema de Olivença (sem tratado assinado) e da gestão

dos rios internacionais (com problemáticas diferenciadas: a pesca no Minho, a qualidade e quantidade da água no Douro, Tejo e Guadiana).

Se por fronteira entendermos a linha separatriz, só podemos analisar a sua forma e extensão mas se a considerarmos como uma “zona”, ela pode significar a estreita faixa da “terra de ninguém” (a ausência de povoamento humano diminui o seu interesse como objecto da análise geográfica), o conjunto dos 40 concelhos raianos (universo com conteúdo suficiente no campo da Geografia), os cerca de 80 concelhos que, de alguma forma, acusam efeitos de fronteira (considerados num projecto de investigação sobre a temática, desenvolvido no Centro de Estudos Geográficos) ou as 10 NUT III fronteiriças. Os resultados das análises, que suportam a intervenção pública nestas áreas, são função das extensões estudadas, como se verá ao considerarmos os dois níveis, as NUTs III e os Concelhos.

O INTERREG adoptou como base as NUTs III fronteiriças; estas abrangem 55% do território nacional mas, em 1991, incluíam pouco mais de 21% da população do País. Políticas que, em alternativa, incidissem sobre os concelhos raianos visariam 23% da superfície do País mas apenas 5% da população. Aqueles representam 42% da superfície das NUTs respectivas e 26% da população nelas residente. A densidade populacional desses concelhos era de 25 hab./km<sup>2</sup>, valor mínimo nos 3 universos de referência (41 hab./km<sup>2</sup> nas NUTs III e 107 hab./km<sup>2</sup> no conjunto do País (quadro 1).

O desenvolvimento retardado destes espaços traduz-se nos indicadores de situação nomeadamente demográficos; a dependência juvenil é baixa (poucos jovens em relação à população em idade activa), ao contrário da dos idosos, e a população analfabeta com mais de 10 anos é ainda em número elevado (17% da população total das NUTs e 20% da dos concelhos em análise, para uma média do País de 11%).

A evolução não se mostra favorável a estes espaços periféricos pois, na última década em que o crescimento efectivo da população portuguesa foi positiva (embora baixo) registaram uma variação negativa acentuada (-3,5% nas NUTs e -9,4% nos concelhos). A tendência era mais gravosa ao nível dos concelhos, facto também comprovado pelas variações, entre 1981 e 1991, do crescimento natural (-1,8%) e migratório (-7,6%) e da dependência dos idosos (21%, atingindo nesta data os 37%).



## *As Regiões Fronteiriças Portuguesas*

Quadro 1 – Indicadores genéricos sobre as NUTS  
e os concelhos fronteiriços – 1981,1991

indicadores	NUT III c/ front. terrestre	Concelhos c/ fronteira terrest.	País
<b>Gerais</b>			
Número de unidades	10	40	28 NUT III; 304 concelhos
Superfície (km2)	50.197,46	20.904,89	91.920,82
População, 1991	2.063.131	529.828	9.862.670
Densidade da população, 1991	41	25	107
<b>Demográficos</b>			
Dependência da pop. dos 0-14 anos, 1991*	29	28	31
Dependência da pop.65+ anos, 1991*	30	37	20
Pop. analfabeta com >10 anos, 1991	295.140	108.046	1.103.566
Peso % da pop. analfabeta >10 anos, 1991*	17	20	11
Variação da população, 81/91	-96.066	-54.757	29.656
Variação da % do crescimento efectivo, 81/91	-5,3	-9,4	0,3
Variação da % do crescimento natural, 81/91	1,6	-1,8	3,6
Variação da % do crescimento migratório, 81/91	-5,1	-7,6	-3,3
Variação da % da pop. juvenil, 81/91*	-19	-25	-21
Variação da % da pop. idosa, 81/91*	13	21	18
<b>De povoamento e urbanismo</b>			
Peso % da pop. em lugares < 100 hab., 1991*	17	24	10
Peso % dos edifícios < 1945, 1991	37	43	32
Peso % dos aloj. não residência habitual, 1991	35	38	26
Peso % dos alojamento de uso sazonal, 1991	13	14	9
Peso % dos alojamentos arrendados, 1991	19	14	28
Variação da pop. em lug < 100 hab., 81/91	-3,0	-0,1	-3,1

Fonte: INE, Censos 1981,1991 e Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981-1991

\* Para facilidade de cálculo, nestes casos das NUTs utilizámos a média das % concelhias.

NB: A % da população analfabeta com mais de 10 anos foi calculada em relação à população total.

Os resultados da análise de outros domínios leva-nos a conclusões semelhantes como prova o do povoamento e urbanismo; a percentagem da população isolada é elevada assim como a que vive nos lugares de menores dimensões; em 1991, 24% da população destes concelhos residia em lugares com menos de 100 hab., acontecendo o mesmo para 17% da residente nas NUTs em causa; no País esse valor era de 10%. A variação negativa neste indicador traduzia o agravamento da situação, pois no País ela fora de - 3,1% (para um aumento ligeiro da população residente), nos concelhos fronteiriços de - 0,1% (diminuição de 9,4% da população) e nas NUTs em análise de - 1,7% se incluirmos o Cávado e - 3,0% se o não incluirmos (dinamismo demográfico de - 3,5% e - 5,3%, respectivamente).

O parque de alojamentos está muito envelhecido, apresentando um valor muito acima da média do País; os índices de infra-estruturação são muito baixos ao contrário das taxas de não ocupação ou de utilização sazonal que são elevadas; os alojamentos arrendados têm pouca representatividade (manifestando o carácter não urbano). Em 1991, os edifícios construídos antes de 1945 atingiam os 43% do total dos concelhos fronteiriços, os alojamentos não ocupados como residência habitual 38% e os de uso sazonal 14% (32%, 26% e 9% respectivamente, no caso do País). Aos 14% dos fogos arrendados nestes concelhos correspondiam 28% no País.

A desertificação humana apresenta intensidades diferentes dentro destas regiões e resulta de efeitos cumulativos de factores não favoráveis às formas actuais de desenvolvimento. Muitos já foram referidos no quadro 1, ao compararmos os dois universos de análise.

A diversidade interna destes espaços é grande e, em geral, pode afirmar-se que o Cávado não tem comportamento de “fronteira” (pela pequena extensão de raia que lhe tira o significado no conjunto da NUT) e que o Minho-Lima e o Algarve também apresentam importantes excepções em consequência da litoralização que caracteriza estas unidades e da falta de adequação dos seus limites para definir os das regiões fronteiriças terrestres.

Em 1991, o Cávado e o Minho-Lima destacavam-se pela elevada densidade da população (284 hab./km<sup>2</sup> e 113 hab./km<sup>2</sup>), superior à do País ao contrário do que acontecia nas restantes NUTs; os valores eram seguidos pelos do Algarve (68 hab./km<sup>2</sup>). Com as classes utilizadas no mapa 1 identificam-se três conjuntos de NUTs: um formado



## *As Regiões Fronteiriças Portuguesas*

pelas três referidas (sem comportamento de fronteira) e os outros dois evidenciando o contraste norte sul (quadro 2). Entre 1981 e 1991, as variações percentuais dos quantitativos da população foram positivos no Cávado e no Algarve, apresentando os máximos negativos no Alto-Trás-os-Montes (-13,7) e no Baixo Alentejo (-10,0). As classes do mapa 2 evidenciam esses comportamentos e a semelhança dos das NUTs do norte interior com os do Baixo Alentejo.

Quadro 2 – A diversidade da região de fronteira portuguesa, 1991

NUTs III fronteiriças	Pop. 1991	Hab/ km2	var %pop 1981/91	var % cresc.nat	var % cresc.mig	Índice de Env.	% analfab.	% aloj.c/ água*	% aloj.c/ esgoto*
Minho-Lima	250061	113	-2,6	1,7	-4,4	79	14	84	85
Cávado	353270	284	7,4	9,7	-2,3	39	9	85	93
Alto Trás-os-Mont.	235242	29	-13,7	1,3	-15,0	85	18	85	72
Douro	238698	58	-8,9	2,5	-11,2	72	16	80	77
Beira Interior Norte	118514	29	-8,9	-1,9	-7,0	121	18	82	77
Beira Interior Sul	81015	22	-5,9	-4,2	-1,8	157	22	93	89
Alto Alentejo	128687	22	-5,3	-2,3	-3,0	125	21	91	89
Alentejo Central	173216	24	-4,0	-0,7	-3,3	103	19	90	85
Baixo Alentejo	143020	17	-10,0	-2,0	-8,0	113	22	81	83
Algarve	341408	68	5,5	0,3	5,3	95	14	82	87
NUT fronteiriças	2063131	41	-3,5	1,6	-5,1	99	16	85	83
NUT fr. s/ Cávado	1709861	35	-5,3	0,1	-5,4	106	17	85	83
País	9862670	107	0,3	3,6	-3,3	67	11	88	91

Fonte: INE, R.G.P. 1991; Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas; MARN, Carta Administrativa.

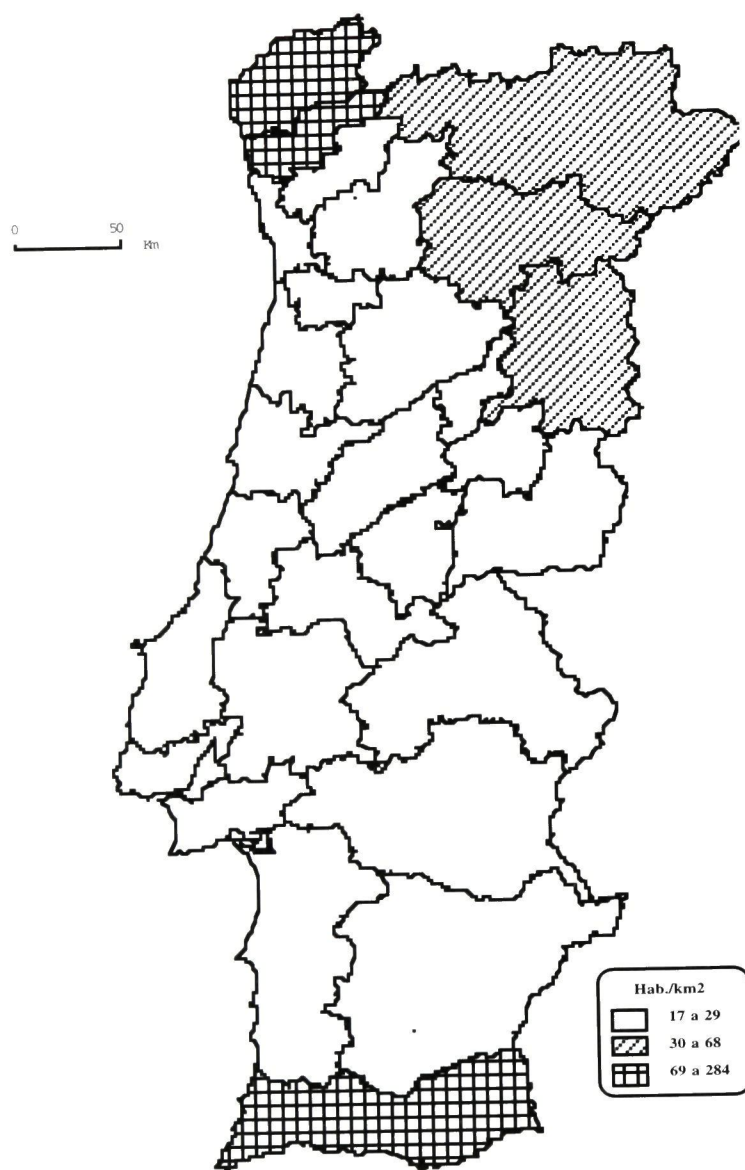
\* Alojamentos familiares de residência habitual

O crescimento natural fora negativo nas Beiras e no Alentejo (máximo na Beira Interior com - 4,2%) e o migratório teve esse comportamento em todas as NUTs, com as exceções, mais uma vez, do Cávado (9,7%) e do Algarve (0,3%); o mínimo verificara-se no Alto-Trás-os-Montes (-15%) e no Douro (-11,2%).

O índice de envelhecimento era, em geral, muito superior ao do País (67%), atingindo valores extremamente elevados (157 na Beira Interior Sul, 125 no Alto Alentejo e 121 na Beira Interior Norte); o Cávado demonstrava mais uma vez a sua diferença, contrapondo a

juvenilidade da população ao envelhecimento que caracteriza as regiões de fronteira (índice igual a 39).

Mapa 1: Densidade populacional, NUTs III fronteiriças, 1991



O analfabetismo da população com mais de 10 anos acompanhava os factores negativos enunciados, representando uma percentagem superior a 20 na Beira Interior Sul e no Baixo Alentejo (ambos com 22) e no Alto Alentejo (21); no Cávado ela era apenas de 9% (inferior à do País). Em 1991, os níveis de conforto associados à habitação



## *As Regiões Fronteiriças Portuguesas*

eram ainda baixos, havendo uma percentagem significativa de alojamentos de residência habitual que não dispunham de água canalizada (10 a 20%) e de esgoto (percentagens geralmente um pouco mais baixas do que no caso anterior).

Esta desertificação humana processa-se de forma diferente ao nível das principais aglomerações que, por facilidade, vamos identificar com as sedes de concelho. Estas, no seu conjunto, ganharam população nos períodos referidos, embora com menor intensidade no mais recente (variação de 8,9% e 4,6%).

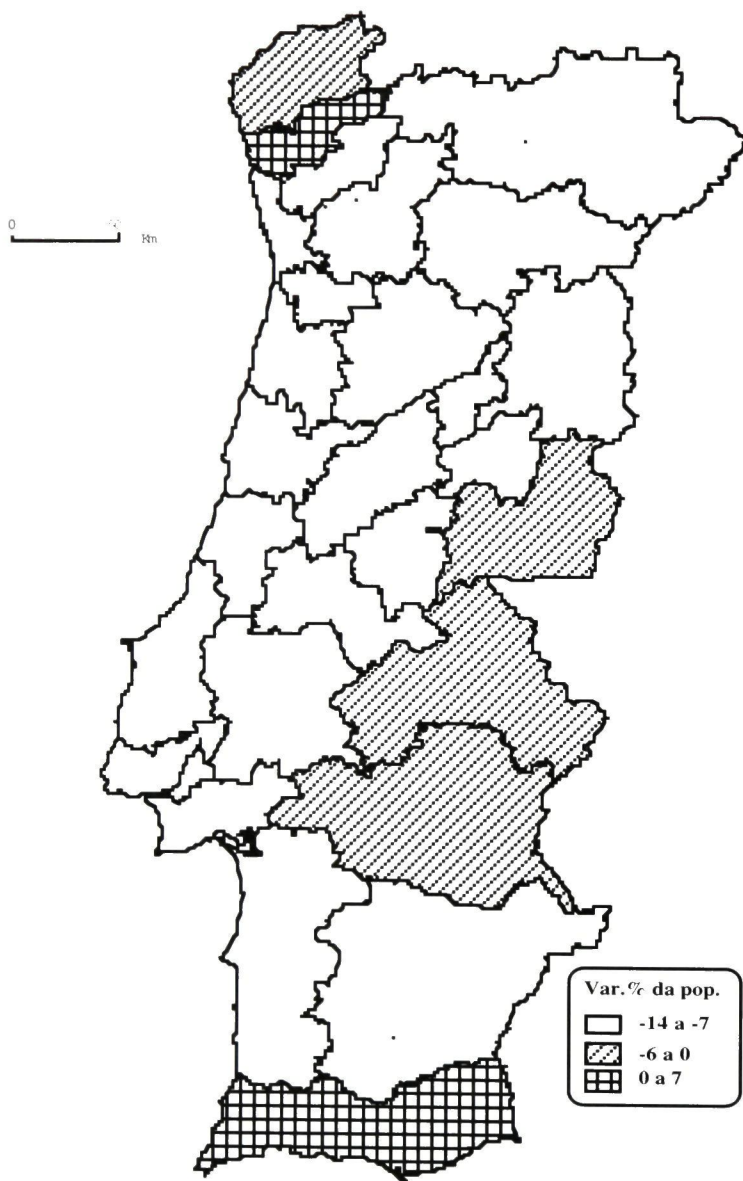
As três capitais de distrito contidas nestas regiões tiveram um peso decisivo no acréscimo de população e na atenuação do ritmo na última década (em Portalegre foi nulo nos anos oitenta). Das que perderam população nos dois períodos, umas agravaram a tendência mas outras atenuaram-na; das que sempre ganharam população, a maioria diminuiu o ritmo da evolução, havendo 4 excepções (Valença, Sabugal, Reguengos de Monsaraz e Alcoutim) que na última década reforçaram os ganhos (quadro 3).

Quadro 3 – Comportamento das sedes dos concelhos raianos, na variação da população residente, 1960-91 e 1981/91

Variação da população		Sedes dos Concelhos
1961-91	1981-91	
perdas nos dois períodos	agravadas em 1981/91	V N. Cerveira e Monção
	atenuadas em 1981/91	Caminha, Vinhais, Vimioso, Freixo de Espada à Cinta, Almeida, Penamacor, Marvão, Arronches, Moura, Serpa, Castro Marim
perdas no último período		Melgaço e Arcos de Valdevez
ganhos no último período		Montalegre, Chaves, Miranda do Douro, Idanha-a-Nova, Nisa, Castelo de Vide, Campo Maior, Alandroal, Mourão, Barrancos, Mértola
ganhos nos dois períodos	atenuados em 1981/91	Ponte da Barca, Bragança, Mogadouro, Figueira de Castelo Rodrigo, Castelo Branco, V.V. Ródão, Portalegre, Elvas e V. Real de Santo António
	reforçados em 1981/91	Valença, Sabugal, Reguengos de Monsaraz e Alcoutim

NB: Não considerámos Terras de Bouro porque não se identifica a aglomeração que é sede do concelho.

Mapa 2: Crescimento efectivo da população residente, NUTs III, 1991





#### **4. Perspectivas de evolução das regiões de fronteira face à internacionalização**

A região fronteiriça portuguesa é caracterizada pelo predomínio da economia agro-pecuária de baixa produtividade e regressiva; o dinamismo demográfico e económico está concentrado nas principais aglomerações que se identificam, em geral, com as sedes de concelho, e é estimulado pelo peso dos serviços públicos no mercado de emprego e por transferências do exterior, portanto com pouca expressão das forças endógenas. O desenvolvimento retardado é resultado, nomeadamente, da carência de infra-estruturas, do envelhecimento e baixo nível de qualificação profissional da população, das estruturas fundiárias e do tipo de povoamento.

Em 1990, a União Europeia lançou o INTERREG<sup>1</sup> (I para o período 1990-1993 e II para 1994-1999) incidindo sobre as NUTs III fronteiriças. O INTERREG I pretendeu sobretudo dotar esse espaço de infra-estruturas de transportes e comunicações, que proporcionassem melhores acessibilidades, e a integração dos sistemas urbanos e de povoamento; faltou-lhe a articulação dos dois lados da fronteira (para quebrar o “efeito de corredor” entre os sistemas urbanos de desenvolvimento paralelo à linha de fronteira), facto que o INTERREG II se propôs corrigir. Passou-se assim de uma lógica de espaços nacionais para a de espaços transnacionais ou transfronteiriços.

Neste novo contexto de internacionalização quais as hipóteses que se colocam ao desenvolvimento destes espaços periféricos? Poderão inverter a “situação de periferia”, dotando-se de novas centralidades, como acontece em muitas das fronteiras da União Europeia? A cooperação transfronteiriça associada ao “efeito de ligação” apresenta-se como o primeiro elemento dinamizador mas assenta quase sempre em fluxos diferenciados ou mesmo segregativos. Para ela ser eficaz tem de se apoiar mais nas estruturas de dinâmica regional do que na burocracia das Administrações Centrais; a estas compete sobretudo o ordenamento do território na perspectiva da gestão harmoniosa dos recursos e da potenciação das capacidades endógenas. Estas regiões oferecem grandes espaços livres e minimizam as distâncias entre

---

<sup>1</sup> Integrado nos objectivos 1 (Promoção do Desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas), 2 (Reconversão das regiões fronteiriças ou parte de regiões gravemente afectadas pelo declínio industrial) e 5b (Diversificação económica das zonas rurais vulneráveis).

países podendo apresentar-se como factores de atracção para actividades que, explorando as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias de comunicação, escolhem agora localizações fora dos principais centros económicos.

As potencialidades ligam-se à riqueza e à diversidade do património natural paisagístico e às possibilidades de compatibilizar o desenvolvimento socio-económico com a protecção da natureza através da operacionalização de princípios de sustentabilidade do ambiente, tal como afirmava V. DIÉCUEZ (1997:9): “Longe dos circuitos mais conhecidos e frequentados, a envolvente da raia conserva valores ambientais e culturais inéditos e mostra-nos uma variedade tal de paisagens naturais e um rico mosaico de utilizações agrárias que, em conjunto com o património ligado à história da fronteira e à vida rural, a converte num recurso valioso para o turismo cultural”.

A raia luso-espanhola é acompanhada de ambos os lados por espaços naturais raros, áreas protegidas e parques naturais e nacionais dos quais se destacam os da Peneda-Gerês, Montesinho, da Malcata, da Estrela, de S. Mamede e as paisagens ligadas aos rios Minho, Douro, Tejo e Guadiana, ao sapal de Castro Marim e às rias do Algarve.

## **5. Geografia das Fronteiras e Geografia das Regiões Fronteiriças**

A Geografia das Fronteiras é um ramo da Geografia Regional que privilegia a homogeneidade e, por isso, tende a olhar o conjunto dos espaços fronteiriços como uma única região uniformizada através de elementos nos quais se destacam os chamados “efeitos de fronteira” e as características de serem, em geral, periferias desqualificadas. “Se no passado, os sistemas ecológicos *sensu lato* e os sistemas políticos tiveram muito peso no sistema da fronteira, esse peso diminuiu na época actual em benefício dos sistemas demográficos e económicos” (C. RAFFESTIN, 1974:220) e do ecológico.

Verificámos que se aplicava ao conjunto das regiões fronteiriças portuguesas o que foi escrito sobre a raia trasmontana: situação duplamente periférica, do ponto de vista das relações espaciais, por se encontrar relativamente isolada e distante, longe dos locais mais dinâmicos do litoral, falta de interligações e com o predomínio de sectores situados muito no início do processo produtivo (cfr. J. M. SIMÕES et al, 1996:38). No entanto, a análise também realçou as grandes diferenças que a compõem nas suas dimensões espacial



(oposição norte/sul e este-oeste) e social (oposição urbano/rural), sendo o grau de acessibilidade aos centros de decisão o factor explicativo principal. A valorização da diversidade leva a situarmo-nos no contexto da Geografia das Regiões de Fronteira como afirmação de que estes espaços não são homogéneos, são “regiões” e não “uma região” única.

As estratégias de intervenção devem, por isso, ser diversificadas de acordo com as especificidades de cada sub-região, de forma a serem eficazes e ajustadas às situações reais e a aproveitarem as oportunidades que acompanham o paradigma ambientalista actual. “Se tivermos em conta a complementaridade paisagística e didáctica que existe entre os espaços naturais protegidos das faixas fronteiriças, bem pode dizer-se que deparamos aqui com recursos excepcionais que merecem a atenção da cooperação transfronteiriça” (V. DIÉCUEZ, 1997:9). Assim, a valorização do património histórico-cultural, do artesanato genuíno e das paisagens (percursos e roteiros que permitam um turismo de qualidade, especializado e quase personalizado), associada à cooperação transfronteiriça, ajudará a inverter o sentido da evolução destas regiões; a imagem de periferias desqualificadas dará lugar à de “espaços naturais de excelência”.

### **Bibliografia seguida**

- AAVV – *Limite et Région. Étude des problèmes transregionaux*, Cahiers Géographiques, 3, Dep. Géographie, Univ. Genève, 1990.
- ALVES, Brandão (1990) – “A fronteira: barreira ou oportunidade ao desenvolvimento?”, in *Planeamento e Administração*, Revista da CCRLVT, 4, 1990.
- CARDOSO, A. (1986) – “As zonas fronteiriças entre Portugal e Espanha no Processo de integração económica”, *Estudos de Economia*, VI (2): 111-127.
- CAVACO, Carminda (1973) – *A região de fronteira do Rio Minho*, CEG, Lisboa.
- CAVACO, Carminda (coord) (1995) – *As Regiões de Fronteira. Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu*, CEG, Universidade de Lisboa, EDRU, nº 43, Lisboa.
- CAVACO, Carminda (1996) – “Planificação transfronteiriça e desenvolvimento regional e local”, in *Actas, ponencias y comunicaciones, VII Colóquio Ibérico de Geografia*, Cáceres, 1996.

- DGDR (1989) – *Programa operacional de desenvolvimento das regiões fronteiriças de Portugal e Espanha*, MPAT/DGDR, Lisboa.
- DIAZ OLIVERA, L., le NIR, M., PLAT, D., RAUX, Ch. (1996) – “Les effets de frontière, une barrière à la compréhension des échanges internationaux”, *L'Espace Géographique*, nº 3:193-202.
- DIÉCUEZ, Valentin Cabero (1997) – “Escenarios Geográficos en la raya Hispano-Lusa: Medio ambiente, cooperación y desarrollo local”, *II Congreso Iberico de Urbanismo*, Valladolid.
- DOMINGUEZ, M<sup>a</sup> Jesus Vidal; Augulo, Julio Vinuesa (1992) – Evaluación e impactos de las políticas territoriales en áreas fronterizas, in *VI Colóquio Ibérico de Geografia*, Porto, 1992.
- FARINHA, João Paulo M.; COSTA, Serafim (1992) – Descrição de uma metodologia sintética para a detecção de desequilíbrios inter-regionais em áreas transfronteiriças (Beja/Huelva), in *VI Colóquio Ibérico de Geografia*, Porto, 1992.
- FERNANDEZ, Antonio.– J. Campesino (1986) – “Las Comarcas Fronterizas Extremeñas: la otra Cara simétrica de la miseria” in *Estudos em homenagem a Mariano Feio* (coord. de Raquel Soeiro de Brito, Lisboa.
- FOUCHER, M. (1991) – *Fronts et frontières. Un tour du monde géopolitique*, Paris, Fayard.
- FOUCHER, M.; POTEL, J.Y. (1993) – *Le Continent retrouvé*, Paris, DATAR, Édit. d'Aube.
- GASPAR, Jorge (1987) – “A fronteira como factor geográfico”, *Encuentros/ Encontros de Ajuda: Acta, ponencias y comunicaciones*, Badajoz.
- GASPAR, Jorge (1996) – “Planeamento transfronteiriço e desenvolvimento regional do sudoeste comunitário”, in *Actas, ponencias y comunicaciones, VII Colóquio Ibérico de Geografia*, Cáceres.
- G.E.P.A.T.(1987) – *Abertura de fronteiras numa óptica de ordenamento do território*, M.P.A.T., Lisboa
- GUICHONNET, P., RAFFESTIN, C. (1974) – *Géographie des frontières*, PUF, Colletion SUP, Le Géographe, Paris
- IGLESIAS, M<sup>a</sup> Luisa Pérez; BARRIENTOS, Ramon Romani (1992) – Política de cooperación Galicia-Norte de Portugal en el ambito de la CEE, in *VI Colóquio Ibérico de Geografia*, Porto..
- JACINTO, Rui (1994) – “As regiões Portuguesas de fronteira: perspectivas de desenvolvimento e de Cooperação transfronteiriça”, *Actas do Seminário Relações Transfronteiriças e Cooperação de Castilha e León com Portugal*, Valladolid.
- LEMA, Paula Bordalo (1983) – A fronteira como factor geográfico. Problemas da área fronteiriça entre Portugal e Espanha, in *III Colóquio Ibérico de Geografia*, Barcelona.



## *As Regiões Fronteiriças Portuguesas*

- LÓPEZ, F. Sanchez, DIÉGUEZ, V. Cabero (1994) – *La frontera Hispano-Portuguesa en el marco de la nueva Europa: la región fronteriza de Salamanca*, Ed Junta de Castilla y León, Salamanca.
- PERLA, José Maria Alvarez (1997) – “Ordenación territorial transfronteriza: proyecto piloto de ordenación del territorio en la region fluvial del Duero (Programa Comunitario TERRA), *II Congreso Iberico de Urbanismo*, Valladolid, 9-10 Octubre, 1997.
- PINTADO, A., BARRANECHEA, E. (1974) – *A raia de Portugal: a fronteira do sub desenvolvimento*, Edições Afrontamento, Porto.
- RAFFESTIN, Claude (1993) – “Autour de la fonction sociale de la frontière”, in *Espaces et Sociétés*, 70/71.
- RATTI, Remigio; RUDEL, Roman (1994) – Redes logísticas das regiões fronteiriças da Europa: questões organizativas e institucionais, *Revista InforGeo n°7/8*, Associação Portuguesa de Geógrafos, Dez, 1994.
- SIMÕES, J.M.; PORTELA, J.; CEPEDA, F. (1996) – *A Região fronteiriça de Trás-os-Montes. Diagnóstico e estratégia de desenvolvimento*, Fundação Rei Afonso Henriques, Zamora.
- TRIGAL, Lorenzo López (1995) – “La frontera hispano-portuguesa: su caracterización diferencial y problemática territorial”, in *La Cooperación de Castilla y León com Portugal. Relaciones Transfronterizas*, Cortes de Castilla y León, pp. 15-37.